

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

AMANDA MARQUES BRITO DE SOUZA

**TRABALHO REPRODUTIVO, GÊNERO E NEOLIBERALISMO: UMA
DISCUSSÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA DE VIDA DE UMA TRABALHADORA
TERCEIRIZADA**

Varginha - MG

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

AMANDA MARQUES BRITO DE SOUZA

**TRABALHO REPRODUTIVO, GÊNERO E NEOLIBERALISMO: UMA
DISCUSSÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA DE VIDA DE UMA TRABALHADORA
TERCEIRIZADA**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Dimitri Augusto da Cunha Toledo

Varginha - MG

2023

AMANDA MARQUES BRITO DE SOUZA

**TRABALHO REPRODUTIVO, GÊNERO E NEOLIBERALISMO: UMA
DISCUSSÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA DE VIDA DE UMA TRABALHADORA
TERCEIRIZADA**

A banca examinadora abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão do PIEPEX (TCP) apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em: 12/07/2023

Prof^a. Ana Carolina Guerra

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. Dimitri Augusto da Cunha Toledo (Orientador)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. Fernanda Mitsue Soares Onuma

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Varginha - MG

2023

AGRADECIMENTOS

Nem todas as palavras expressadas neste espaço serão suficientes para agradecer a minha mãe, Neusa, meu pai, Altair, minha irmã, Fernanda, meu afilhado Samuel e minha vó, Terezinha, que em todos os momentos escutam e me apoiam, sempre dispostos a me acolher. Do mesmo modo, não poderia deixar de fora o Rodrigo e Yago, que sempre estão abertos e presentes nos momentos difíceis e mesmo não estando no cotidiano da Unifal, sempre estão dispostos a acolher os meus receios e comemorar as minhas alegrias, bem como os meus apoios em Varginha, Letícia, Thalia, Dudinha, Caio, Rebeca, Lavínia e Quirino. Agradeço o meu orientador Dimitri pela orientação e pela parceria ao longo destes últimos dois anos. Porém, dedico este trabalho especialmente a minha avó Sebastiana, mãe solo de seis filhos, diarista e uma entre milhares de pessoas assassinadas pela pandemia da COVID-19. Que, nós, como sociedade, sempre recordemos deste momento e nós mantenhamos sempre em alerta em defesa das ciências.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, ESTADO E A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA FIGURA “MULHER”	8
3. CONTROLE DA CLASSE QUE VENDE A FORÇA DE TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DA DONA DE CASA	10
4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO ESTADO CAPITALISTA NEOLIBERAL	15
5. PERCURSO METODOLÓGICO	18
5.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	18
5.2 HISTÓRIA DE VIDA	19
6. PERFIL DAS TRABALHADORAS DA UNIFAL-MG VARGINHA	20
7. PRAZER, ESSA É A MINHA HISTÓRIA DE VIDA!	24
8. DISCUSSÃO SOBRE TRABALHO REPRODUTIVO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ATRAVÉS DA HISTÓRIA DE VIDA	30
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

RESUMO

O trabalho reprodutivo, que neste texto se apresenta como lócus de discussão dentro da formação atual do Estado Capitalista Neoliberal e no processo de terceirização, visto a adaptabilidade da divisão sexual do trabalho ao sistema econômico vigente, está muito além das concepções apenas do trabalho doméstico, uma vez que este elemento está dentro do que Federici (2021) vai chamar de “o trabalho oculto”, que significa servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, além de proporcionar a criação e educação da próxima geração de trabalhadores proletários. Partindo desta concepção, o presente trabalho questiona “quais as percepções e estratégias de conciliação entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo de uma trabalhadora terceirizada da Unifal-MG?”, por meio de uma pesquisa empírica, que busca materializar as compreensões sobre o trabalho reprodutivo, as estratégias de conciliação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo realizada pela entrevistada e como a divisão sexual do trabalho se apresenta dentro do Estado Capitalista Neoliberal, com foco no trabalho terceirizado. Por meio da história de vida da Mietta, é possível destacar a construção histórico social no qual o trabalho reprodutivo é visto com uma obrigação exclusiva dela, e quando este se apresenta dentro da perspectiva de divisão de tarefas, este está dentro da concepção de “ajuda”, cabendo a ela a conciliação entre as obrigações doméstica e o trabalho externo. Além disso, ela foi direcionada a empregos considerados feminino no mercado tido como produtivo, sendo funções ligadas a construção da ideia de trabalho “naturais” feminino, ou seja, dentro das concepções de trabalho reprodutivo remunerado. Portanto, foi possível discutir, através desta história de vida, em congruência com o referencial teórico, que existe um direcionamento no mercado de trabalho para tarefas que mesclam a ideia socialmente construída de atividades femininas e masculinas, em que os trabalhos destinados, geralmente, as mulheres estão correlacionadas com o trabalho reprodutivo, ligadas ao afeto e ao cuidado.

Palavras-chaves: Trabalho reprodutivo; terceirização; divisão sexual do trabalho; reprodução social; método de história de vida.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho reprodutivo, que neste texto se apresenta como lócus de discussão, está muito além das concepções do trabalho doméstico, uma vez que este está dentro do que Federici (2021) vai chamar de “o trabalho oculto”, que significa servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, além de proporcionar a criação e educação da próxima geração de trabalhadores proletários.

Estes elementos estão dentro do constructo histórico social e da reprodução social do papel da 'mulher' e demonstra que “uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597).

Pensando nessa construção histórica e social no qual a sociedade é estruturada, é imprescindível analisar esses elementos dentro na formação atual do Estado Capitalista Neoliberal, visto que “a divisão sexual do trabalho tem uma incrível plasticidade” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.600) e adaptabilidade ao sistema econômico.

Partindo desta concepção, o presente trabalho, por meio de uma pesquisa empírica, busca compreender as percepções e estratégias de conciliação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo de uma trabalhadora terceirizada da Unifal-MG, utilizando do método de história de vida para se materializar.

No qual este trabalho se justifica pela perspectiva de dar voz às vivências da entrevistada, partindo da compreensão, que por meio deste método, é possível reconhecer os significados sociais e históricos que perpassam as mulheres como espaço de luta de uma classe social, que historicamente foi delegada a uma posição social subalternizada que perpassa a construção do Estado Capitalista Neoliberal.

Para isso, realizou-se uma entrevista com uma trabalhadora terceirizada da Universidade Federal de Alfnas (Unifal-mg) – campus Varginha-MG, com a aplicação do método de história de vida, partindo do pressuposto que esse método proporciona uma “investigação que elabora uma análise qualitativa de processos históricos sociais a partir da visão e versão do ator social, que se expressa por meio de uma estrutura de linguagem repleta de significados sociais historicamente construídos” (VEIGA; ALVES, 2020, p. 2).

Em congruência com o referencial teórico, foi possível discutir, que existe um direcionamento no mercado de trabalho para tarefas que mesclam a ideia socialmente construída de atividades femininas e masculinas, em que os trabalhos destinados, geralmente, as mulheres estão correlacionadas com o trabalho reprodutivo, ligadas ao afeto e ao cuidado.

Portanto, este trabalho está dividido, além da introdução e das considerações finais, nas seções denominadas “acumulação primitiva e Estado e a constituição histórica e social figura ‘mulher’”, “controle da classe que vende a força de trabalho e a construção da figura da dona de cada”; “divisão sexual do trabalho no Estado capitalista neoliberal”; “metodologia”, “perfil das trabalhadoras terceirizadas da Unifal-Mg Campus Varginha”, “Prazer, essa é a minha história!”, e por fim, “discussão sobre trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho através da história de vida”.

2. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, ESTADO E A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA FIGURA “MULHER”

O constructo de “mulher” e “homem”, “construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p.47), é entendido como um elemento “que utiliza das diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 2019, p.67) para justificar segregações e diferenciações na sociedade. Deste modo, a “hierarquia entre os gêneros [é historicamente construída] como algo [...] biologicamente determinado” (MIES, 2016, p. 840), sendo o “gênero uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2019, p. 67).

Partindo da compreensão de uma construção histórica e social do que é ser “mulher”, pressupõe-se a existência de uma sociedade igualitária. Deste modo, Mies (2016, p. 848) coloca que “a primeira divisão do trabalho entre os sexos, a saber, [está] entre a atividade de colheita das mulheres e a caça esporádica dos homens”, “isso não implicava, todavia, que as atividades socialmente atribuídas às mulheres [eram] desvalorizadas” (SAFFIOTI, 2015, p.61), já que as colheitas “das mulheres lhes permitiam voltar a sua comunidade sempre com algumas raízes, folhas e frutos” (SAFFIOTI, 2015, p.61), por outro lado, a caça era uma atividade incerta.

A hipótese mais convincente para justificar a divisão sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta [é que], como não havia Nestlé, era obrigatório o aleitamento do bebê ao seio. Desta sorte, o trabalho feminino era realizado com a mulher carregando seu bebê amarrado ao peito ou às costas. O bebê não fala, sua maneira de expressar suas necessidades é o choro [...]. O menor sussurro do bebê espantaria o animal destinado à morte e as caçadoras voltariam, invariavelmente, para seu grupo, sem nenhum alimento (SAFFIOTI, 2015, p. 64)

É “com a aparição dos rebanhos e outras riquezas novas, [que] operou-se uma revolução na família [...] todo o excedente deixado agora pela produção pertencia ao homem; a mulher tinha participação no consumo, porém não na propriedade” (ENGELS, 2002, p.156), ou seja, o desenvolvimento levou a produção de excedentes e acarretou em uma alteração social, tais como da necessidade de gerar herdeiros, proporcionado, também, pelo

"monopólio dos homens sobre os meios de coerção, armas e violência direta, pela qual a relações de dominação permanentes entre os gêneros podem ser construídas e mantidas" (MIES, 2016, p.862).

Desse modo, ocorreram mudanças nas "relações domésticas, pelo simples fato de ter mudado a divisão do trabalho fora da família. O trabalho da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele uma insignificante contribuição" (ENGELS, 2002, p.157), ocorrendo a separação da força de trabalho que foi construída entre trabalho produtivo e reprodutivo.

Com o desenvolvimento da produção, e conseqüentemente os excedentes, "a expansão do comércio, o dinheiro, a usura e a propriedade territorial, [...] progrediram rapidamente [para] a centralização e a concentração das riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa" (ENGELS, 2002, p.162), desenvolvendo-se a aristocracia e a nobreza.

Assim, a figura do Estado moderno, fissura social entre burguesia e proletariado, começa a ser constituída, de modo que, "os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele" (MARX, 2017, p. 785), levando a um antagonismo de classes, fazendo-se "necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado para amortecer o choque e mantê-lo [a classe não detentora de riquezas] dentro dos limites da 'ordem'" (ENGELS, 2002, p. 164), com "o Estado tor[nando-se] o gestor supremo das relações de classe e o supervisor da reprodução da força de trabalho" (FEDERICI, 2019a, p. 107).

Por meio da figura do Estado, sendo que este não é algo imposto na sociedade, mas sim nascido nela (ENGELS, 2002, p. 164), com base nas ideias da classe dominantes, foram desenvolvidas políticas públicas voltadas para o emergente sistema capitalista, principalmente ligada a criação de uma mão de obra disciplinada, no qual Marx (2017, p. 805) as define como "leis para a compressão dos salários", que será melhor abordado no próximo tópico.

Além disso, segundo Saffioti (2015, p. 60), o patriarcado foi um dos pilares para a existência do capitalismo e da mão-de-obra disciplinada, podendo este ser sintetizado em seis pontos: não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. Portanto, o "patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias" (SAFFIOTI, 2015, p. 61).

Assim, a divisão foi feita por meio das mulheres gerarem herdeiros, de modo que “o que tomamos por causa ou origem da opressão é de fato apenas a marca imposta pelo opressor” (WITTING, 2019, p.85), sendo as diferenças perceptivas escolhidas para justificar uma segregação que favorecia o novo sistema econômico emergente. Bem como, utilizou-se da criação de raças para justificar o processo de escravidão, destinando a estes um lugar histórico social pelo capitalismo.

Portanto, “o gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco” (SCOTT, 2019, p.68). Assim a divisão entre homens e mulheres possui uma relação direta com manutenção do poder, do Estado e do sistema capitalista, de modo que “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contamina toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2015, p.57).

3. CONTROLE DA CLASSE QUE VENDE A FORÇA DE TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DA DONA DE CASA

Dentro da concepção da construção da figura do Estado moderno foi necessário o controle da classe que vende a força de trabalho para atender no qual o novo sistema se estruturou, assim “o ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalismo foi a subjugação do trabalhador” (MARX, 2017, p. 787), no qual “consistia em uma tentativa do Estado e da Igreja de transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho” (FEDERICI, 2019a, p. 240).

O Estado ocupou-se de criar políticas públicas destinadas à expropriação da terra, de modo que “a população rural depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa [...], viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas [...], a uma disciplina necessária ao sistema”, com “as terras cultivadas, [que foram expropriadas], distribuídas entre as famílias particulares [...]” (ENGELS, 2002, p. 158). “Não foi, [porém], pacificamente, que os trabalhadores e artesãos expropriados aceitaram trabalhar por um salário. Na maior parte das vezes, se converteram em mendigos, em vagabundos e em criminosos (FEDERICI, 2019a, p.245), seria necessário um longo processo para produzir mão de obra disciplinada.

A disciplinarização foi baseada em políticas voltadas para uma constituição de um Estado de terror, com a criação de leis contra os mendigos, com marcação a ferro em braços,

torturas, açoites, enforcamentos, e a construção de um ideário de moral e família (FEDERICI, 2019a, p, 246; MARX, 2017, p. 808).

Esta disciplinarização estava diretamente ligada com a construção da figura da mulher, “ou seja, um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres” (FEDERICI, 2019a, p. 191), no qual “as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade” (FEDERICI, 2019a, p. 191).

O ataque ao corpo feminino foi um meio de disciplinar a força de trabalho, no qual segundo Silvia Federici (2019a, p.178) levou a submissão das mulheres, por 200 anos, através das políticas estatais que destituíram-nas de todo o controle de seus corpos, processo que levou a “sujeição das mulheres para reprodução da força de trabalho”, alcançada “por meio do extermínio das bruxas” (FEDERICI, 2019a, p.119) e da demonização da sexualidade feminina e degradação social, controle natalinos e insuscentivização do infanticídio e aborto.

Assim, milhares de mulheres foram queimadas, torturadas, atormentada por anos, denunciadas como bruxas, porque elas tentavam exercitar autonomia sobre seus corpos, sobretudo acerca do processo de produção de novas vidas (MIES, 2016, p. 869), sendo essa uma das bases “ideológica do capitalismo industrial” (DAVIS, 2019, p. 45), conjuntamente com a divisão entre “raças” e a escravização nas Américas e África.

No continente americano, “onde a colonização destruiu 95% da população nativa, a resposta foi o tráfico de escravos, capaz de prover à classe dominante europeia uma quantidade imensa de mão de obra” (FEDERECI, 2019a, p.206). Deste modo, para as mulheres brancas, o discurso de “mulher perfeita era retratada na imprensa, na nova literatura popular e até nos tribunais como a mãe perfeita. Seu lugar era em casa - nunca, é claro, na esfera política” (DAVIS, 2016, p.44) e “passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo” (DAVIS, 2016, p.24).

Em contrapartida, "nas senzalas [o discurso era de] igualdade sexual. O trabalho que escravas e escravos realizavam para si mesmo e não para o engrandecimento de seus senhores, era cumprido em termos de igualdade” (DAVIS, 2016, p.30), enquanto “longe de terem uma consideração especial, esperava-se que trabalhasse no campo assim como os homens” (FEDERICI, 2019a, p. 223), de modo que, além dos castigos utilizados para punir os homens em situação de escravidão, “eram-lhe infligidos castigos mais cruéis, já que, além da agonia física, tinham que suportar a humilhação sexual” (FEDERICI, 2019a, p.223) sendo

“o estupro uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir” (DAVIS, 2016, p. 36).

A divisão existente, portanto, entre os sexos foi/está alicerçada na “execução do projeto de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2001, p.115), no qual este trabalho “prefere entender [...] como um único processo, com duas dimensões complementares” (SAFFIOTI, 2001, p.117), os quais foram constituídos através de diversas ideologias e legislações.

Portanto, “para controlar a sexualidade de suas mulheres, os homens [foram] instruídos a tratá-las e as famílias de forma severa” (BAUER, 1917 *apud* MIES, 2016, p. 869 - 870), de modo que esses estavam/“estão, permanentemente, autorizados a realizar seu projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que, para isto, precisem utilizar-se de sua força física” (SAFFIOTI, 2001, p. 121), assim “todos esses ataques diretos e ideológicos contra a natureza pecadora das mulheres teriam essencialmente a imposição da hegemonia masculina em todas as esferas econômicas e não econômicas” (MIES, 2016, p. 869 - 870), no qual o “capitalismo fortaleceu o poder dos homens para supervisionar e comandar [o] trabalho não remunerado (FEDERICI, 2021, p.82) das mulheres, uma vez que:

A natureza era para eles um reservatório de matéria-prima e as mulheres eram aparentemente uma fonte de energia inesgotável, e a apropriação predatória dessa força de trabalho humano e sua exploração por meio da violência direta possibilitava a ascendente burguesia Europeia e a acumulação primeiro do capital de investimento (MIES, 2016, p. 867).

Com o acirramento da inferioridade feminina dentro do sistema capitalista, ocorria um dilema, “por mais que os homens capitalistas buscavam tornar as mulheres parte da natureza, dela se apropriar e as explorar, eles eram confrontados com [fato de que] eles não podiam produzir pessoas e tampouco força de trabalho humana sem as mulheres” (MIES, 2016, p. 869), portanto era necessária uma construção da figura da dona de casa, ligado “ao fato do trabalho (a indústria) [...] fazer dos seres humanos o recurso produtivo mais importante.” (FEDERICI, 2019a, p. 247-248), ou seja, era necessário a construção de uma mão de obra “mais forte, mais disciplinado, mais resistente, mais apto a atingir os objetivos dos sistemas” (FEDERICI, 2021, p.79). Ressalta-se que:

“Somente após as epidemias e o trabalho exaustivo dizimarem a força de trabalho – e, mais importante, depois de as lutas proletárias entre 1830 e 1840 deixarem a Inglaterra à beira da revolução – foi que a necessidade de uma força de trabalho mais estável e disciplinada levou o capital a organizar a família nuclear como o centro de reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2019b, p. 72).

A partir desta concepção, foi construído “a figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2019a, p. 188),

assim, “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (SAFFIOTI, 2015, p.51), com o “trabalho doméstico e a família [sendo] os pilares da produção capitalista” (FEDERICI, 2021, p. 29), em que “a família, como a conhecemos no ‘ocidente’, [sendo] uma criação do capital para o capital” (FEDERICI, 2019b, p.74).

No qual a simbiose entre a "igreja, Estado e, sobretudo, a família fornece necessários pilares ideológicos institucionais para a auto repressão” (MIES, 2016, p. 870), decorrente do fato que para a disciplinarização da “força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 1970, p. 21).

De modo que:

“Ao final desse processo civilizatório encontramos as mulheres suficientemente disciplinadas a trabalhar com dona de casa para um homem ou como trabalhadora numa fábrica, ou em ambas. Elas aprenderam finalmente a direcionar a violência direta, que durante três, quatro séculos foram empregadas contra elas, contra elas mesmas, internalizando, e a interpretando como espontânea e amor” (BLOCK/DUDEN, 1977 apud MIES, 2016, p. 870).

A construção histórica-social da imagem da “dona de casa em tempo integral”, fez com que o “trabalho doméstico e feminilidade se mesclaram [...] isso significa que a estrada rumo ao salário quase sempre nos conduz [as mulheres] a mais trabalho doméstico” (FEDERICI, 2021, p. 34), ligados ao afeto e cuidado, sendo adaptado às necessidades de cada período histórico, demonstrando a volatilidade do patriarcado ao sistema econômico.

Desse modo, o trabalho reprodutivo necessita ser compreendido na “condição de instrumento da acumulação capitalista e terreno do confronto entre a classe trabalhadora e o capital” (FEDERICI, 2021, p.16), muito além da acumulação primitiva analisada somente sobre o trabalho produtivo, esta foi “uma acumulação [alicerçada nas] diferenças, desigualdade, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si, e, inclusive, alienaram a eles mesmos” (FEDERICI, 2019a, p. 233-234).

O capitalismo moldou os trabalhadores para “manter a ilusão de que o capitalismo promove a liberdade e não a coerção” (FEDERICI, 2019a, p. 172-173), além de tratar as suas divisões e produções “como leis naturais e evidentes por si mesmo” (MARX, 2003, p. 808), do mesmo modo, as mulheres “eram definidas a partir da natureza, como procriadoras e educadoras da maior parte dos herdeiros” (MIES, 2016, p. 868). Assim:

O trabalho não remunerado que o capital extrai da classe trabalhadora é bem maior do que o Marx imaginou, entendendo-se tanto o trabalho doméstico que se tem esperado que as mulheres realizem como à exploração de trabalhadores e trabalhadoras nas colônias e periferias do mundo capitalista (FEDERICI, 2021, p. 101).

Sendo assim, através da reprodução inconsciente das ideias construídas aos longos dos séculos, levou “o mundo social e suas arbitrarias divisões, [a serem tratadas] como naturais”, adquirindo “todo um reconhecimento de legitimação” (BOURDIEU, 2014, p. 16), de modo que:

[...] a força dessa ideologia da ‘inferioridade’ da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua ‘fraqueza’. Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua ‘inferioridade’, que se assumem como seres inferiores aos homens (SAFFIOTI, 1984, p.12).

Por meio dessa ideologia da inferioridade feminina e outras segregações, que o capitalismo conseguiu promover uma divisão entre a classe que vende seu trabalho, de modo a construir uma “ordem das bicadas na sociedade humana [que] é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias - de gênero, de etnia e de classe” (SAFFIOTI, 2001, p.117). Divisão esta, tratada por Saffioti (1984, p.52) através da junção entre o patriarcado e racismo que intensificam as opressões vividas por mulheres pobres e negras, que na ordem social brasileira ocupam a última posição, sofrendo uma dupla discriminação (por ser mulher e negra), restando a elas posições subalternizadas (SAFFIOTI, 1984, p. 52). De modo que:

A opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes (ARRUZZA, 2015, p. 57)

Além de que “a necessidade de sobreviver desempenha, é óbvio, um papel fundamental nesta domesticação dos trabalhadores homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1984, p. 56), e “ao reprimir as mulheres, as classes dominantes reprimiam de forma ainda mais eficaz o proletariado” (FEDERICI, 2019a, p. 340), de modo que, a sobrevivência e a divisão sexual “serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulher” (FEDERICI, 2019a, p.232).

Portanto, “isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas” (FEDERICI, 2021, p. 29). No qual, “é geralmente tratada com uma função natural e não como uma forma de trabalho que, no capitalismo, está subordinada a reprodução da mão de obra (FEDERICI, 2021, p.99)

e “embora ela não resulte em um salário, nosso esforço [das mulheres] gere o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho” (FEDERICI, 2021, p.28).

4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO ESTADO CAPITALISTA NEOLIBERAL

A divisão sexual do trabalho, portanto, “trata-se nem mais nem menos de repensar o trabalho. O ponto de ancoragem dessa ambição era a ideia de que o trabalho doméstico era um ‘trabalho’ é que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 596), uma vez que a divisão sexual do trabalho possui “dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um trabalho de mulher)” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.599).

Deste modo, “a divisão assimétrica do trabalho, imposta entre mulheres e homens, é o modelo a partir do qual o mundo inteiro está integrado no sistema de divisão do trabalho desigual e explorador” (MIES, 2016, p. 870), evidenciando que “uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597). E por mais “que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas” (SAFFIOTI, 1984, p. 50).

A divisão sexual do trabalho [portanto] é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mas do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Esse modelamento histórico, desenvolve-se sob a perspectiva da Teoria Unitária, no qual entende-se que a “opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares, [sendo] uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico” (ARRUZZA, 2015, p. 57), no qual a “reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado” (ARRUZZA, 2015, p. 55), demonstrando a “importância estratégica do trabalho reprodutivo em todas as dimensões (trabalho doméstico, sensual, procriação), para a reprodução da mão de obra e como terreno de luta da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2021, p 63).

Assim, “por anos o capital nos tem dito que nós apenas servimos para fazer sexo e ter bebês” (FEDERICI, 2019b, p.74), levando a construção social fruto das necessidades das

classes dominantes a mesclar a feminilidade com o trabalho doméstico (FEDERICI, 2021, p.34), e é “por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao suprimento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico” (FEDERICI, 2019b, p.74).

Portanto, analisando essas perspectivas e pressupostos supratranscritos no Estado neoliberal brasileiro, em um capitalismo financeiro, que “se transformou sob a égide da acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e precarização do trabalho” (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 20), destaca-se que:

“À perda de uma inserção estável no emprego, cria uma condição de insegurança e um modo de vida e de trabalho precários, nos planos objetivo e subjetivo, levando à ruptura dos laços e dos vínculos, tornando os trabalhadores vulneráveis e colocando-se numa condição social fragilizada” (DRUCK; BORGES, 2002, p.138).

Em síntese, o Estado Neoliberal vai ganhar proporções na “década de [19]90, [sendo] marcada pela combinação de três grandes processos: a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo” (DRUCK; BORGES, 2002, p.111), com o Brasil “incorpora[ndo]-se na dinâmica de um processo estrutural de precarização da classe de trabalho, que marca a nova ordem sociometabólica do capital no plano mundial” (ALVES, 2009, p.190). Decorrente, também, da “crise social [que] aprofundou as consequências negativas de uma série de fenômenos de cunho neoliberal observados desde o início dos anos noventa, como as privatizações, a diminuição da proteção social, a redução de todos os serviços públicos” (HIRATA, 2011, p.15).

O Estado Capitalista Neoliberal “passa a desempenhar um papel cada vez mais de ‘gestor dos negócios da burguesia’, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho. (DRUCK, 2011, p.42), com “os Estados neoliberais tipicamente favorece[ndo] a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental” (HARVEY, 2008, p. 7).

Além disso, o Estado Neoliberal utiliza-se das emergências construídas e propagadas historicamente pelo sistema capitalista, fazendo-se necessário pautar que:

As contradições histórico-sociais do trabalho não permitem conclusões apressadas ou definitivas sobre rupturas e novas formas de trabalho ou de relações sociais, pois, ao lado de novas condições e situações sociais de trabalho, velhas formas e modalidades se reproduzem e se reconfiguram, num claro processo de metamorfose social (DRUCK, 2011, p. 37).

Assim, “a divisão sexual do trabalho tem uma incrível plasticidade” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.600) e adaptabilidade ao sistema econômico, de modo que, “a importância atual do fenômeno de precarização do trabalho e do emprego é ilustrada de maneira paradigmática pelo paradoxo do aumento do emprego feminino acompanhada do crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário das mulheres” (HIRATA, 2009, p. 29).

Com a construção histórico e social abordadas nas duas sessões anteriores, servindo “para introduzir o fenômeno da diferenciação entre os candidatos a empregos, assim, a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea (SAFFIOTI, 1984, p. 55), de modo que “não por acaso, o capitalismo só conseguiu prevalecer por meio de extrema violência e destruição” (FEDERICI, 2021, p. 116), como a segregação de gênero e raça e classes,

“assim, é fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra, que mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável” (SAFFIOTI, 1984, p.55).

Além disso, “o trabalho doméstico é até hoje considerado por muitas pessoas uma vocação natural das mulheres” (FEDERICI, 2021, p.158), o qual está interligado diretamente as duplas jornadas, uma vez que “no ‘modelo de conciliação’ cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604) ou “a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604), e quando não se apresenta a possibilidade econômica, a delegação é feita para outras mulheres da família, o que acaba levando outras mulheres subalternizadas ao trabalho doméstico, ou outros trabalhos ligados ao cuidado e afeto, tais como babás e cuidadoras. E mesmo que esteja ocorrendo “uma tendência à dessexualização do trabalho doméstico [...] a maioria do trabalho feito em casa ainda fica a cargo das mulheres, mesmo quando elas possuem um segundo emprego” (FEDERICI, 2019b. p. 103).

Outro elemento estrutural no neoliberalismo é a terceirização, que “vem se tornando a modalidade de gestão [...] baseadas em contratos por tempo determinado” (ANTUNES, 2020, p.32), no quais os principais elementos apresentados são: “desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflitivo” (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 22), representando “a corrosão dos direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas

[...], recria[ndo] [...] novas modalidades de trabalho informal, intermitente, preconizado e 'flexível'" (ANTUNES, 2020, p. 25).

Como apresenta Antunes e Druck (2015, p. 31), “a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil”, sendo que “a terceirização pode ser considerada como a principal política de gestão e organização do trabalho no interior da reestruturação produtiva. Isso porque ela é a forma mais visível da flexibilização do trabalho” (DRUCK; BORGES, 2002, p.112), de modo que “com a ampliação global da terceirização, é imprescindível enfatizar que se amplia o processo de produção da mais-valia, especialmente (mas não só) no setor de serviços” (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 31), no qual, “atualmente, as mulheres constituem” (HIRATA, 2011, p.17) neste setor.

Neste “processo de globalização tornou mais nítida a diversidade, justamente nesse processo as desigualdades entre os sexos, entre classes sociais e entre raças aparecem de uma maneira mais visível” (HIRATA, 2011, p. 16), com a “divisão sexual do trabalho [moldando] as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

5. PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho busca analisar, por meio de uma pesquisa empírica, as percepções e estratégias de conciliação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo de uma trabalhadora terceirizada da Unifal-MG, utilizando dos métodos de estatística descritiva e o método de história de vida para se materializar.

5.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Para investigação da problemática de pesquisa proposta foram distribuídos formulários para todas as trabalhadoras terceirizadas, 16 no total, da Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha, contendo perguntas 18 perguntas (10 dissertativas e 8 objetivas), no qual todos os questionários foram respondidos.

Em um primeiro momento, utilizou de uma pesquisa estatística descritiva, uma vez que este método possibilita “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas” (REIS, REIS, 2003, p. 5), no qual, no caso deste trabalho, foram utilizados dados oriundos de pesquisa empírica, com o intuito de utilizar essas respostas que “mostram as frequências de observação para cada nível, ou categoria, da variável” (MARTINS; DOMINGUES, 2017, p. 29).

Após, a análise dos dados coletados (que serão apresentados na seção 4 deste trabalho) foi selecionada uma das dezesseis entrevistas para a realização de um aprofundamento de análise, através do método de história de vida. Vale ressaltar que todas histórias possibilitam (e possibilitariam) a realização de uma análise ancorada no objetivo de pesquisa apresentado neste trabalho, uma vez que através das histórias destas é possível reconhecer os significados sociais e históricos que as perpassam como mulheres e como espaço de luta de uma classe social e historicamente delegada a uma posição social, como foi brevemente apresentada no referencial teórico deste trabalho

A entrevistada 15 foi escolhida para a aplicação do método de história de vida, uma vez que ela está dentro da faixa etária mais que se repete no perfil das trabalhadoras da Unifal-MG, enquanto em contrapartida se diferencia pelos dados relacionados à maternidade, se a única entrevista que assinalou que possui que tinha 4 ou mais filhos, como apresentada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Perfil da entrevista selecionada para o método de história de vida

Nome	Faixa Etária	Autodeclaração	Ocupação	Nº Filho
entrevistada 15	41 a 54 anos	Branca	Auxiliar de Limpeza	4

Fonte: Elaborado pela autora

5.2 HISTÓRIA DE VIDA

O método de história de vida é aplicado decorrente do fato de ser o “principal instrumento utilizado o recolhimento de uma história de vida, de maneira geral, através de entrevistas em profundidade” (TEIXEIRA; LEMOS e LOPES, 2021, p.109), de modo que essas “entrevistas não [são] estruturadas e conté[m], apenas, uma estrutura mínima que permita ao sujeito realizar relatos livres e detalhados sobre sua vida” (TEIXEIRA; LEMOS e LOPES, 2021, p.115).

Proporcionando, assim, uma “investigação que elabora análises qualitativas de processos históricos sociais a partir da visão e versão do ator social, que se expressa por meio de uma estrutura de linguagem repleta de significados sociais e historicamente construídos” (VEIGA; ALVES, 2020, p. 2), assim, “as histórias, no momento em que são contadas, se apresentam desconexas do sentido de tempo e espaço, são como colchas de retalho que precisam ser ‘montadas’ para só então serem transformadas em algo memorável, ‘relatável’” (VEIGA; ALVES, 2020, p.4).

Assim, partindo do ponto de vista que essa metodologia possibilita a construção de um percurso bibliográfico, foi entrevistada uma terceirizada do campus de Varginha-MG da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), com a pretensão de proporcionar um entendimento das construções e repercussões de um processo social, que no caso deste trabalho, materializa o trabalho reprodutivo e a divisão sexual do trabalho, partindo do pressuposto que ao focar na história de vida do indivíduo, permite compreender um determinado processo social.

Além disso, o texto foi transcrito com formato linear de história, uma vez que a entrevista não foi composta por uma linha do tempo, mas sim, na medida em que a entrevistada lembrava-se dos elementos.

Para a aplicação do método, em um primeiro momento ocorreu uma conversa para explicar a ideia da entrevista, o objetivo do trabalho, o método e tirar dúvidas da entrevistada, posteriormente foi realizada uma entrevista presencial no campus da Unifal em Varginha-MG.

Ao final da transcrição do áudio da entrevista, utilizou-se do WhatsApp para tratar de pequenos detalhes e dúvidas que surgiram. Ao final deste trabalho, foi realizado outro encontro com a entrevista, no qual este foi destinado para a apresentação das discussões e da história deste trabalho.

Ressalta-se que no início do processo de entrevista, e decorrente dos fatos apresentados durante a aplicação deste método, a entrevistada pediu para que não constasse o seu nome ou de seus familiares. Deste modo, ao longo de todo o trabalho, as participantes serão apresentadas de forma anônima, sem a indicação do nome das dezesseis participantes.

Portanto, o tópico 7 deste trabalho, será inteiramente narrado pela Mietta, no qual ocorreu um processo de transcrição da entrevista, que foi gravada, sem alterações ou correções, com o intuito de dar voz à entrevista, ocorrendo pequenas intervenções no texto, que estarão destacadas entre chaves.

6. PERFIL DAS TRABALHADORAS DA UNIFAL-MG VARGINHA

Para traçar o perfil das trabalhadoras terceirizadas, foram distribuídos formulários, para levantar temáticas, tais como a faixa etária, a autodeclaração racial, a ocupação, cargo ou função de trabalho na Universidade Federal de Alfenas, renda familiar e maternidade.

Tratando sobre a faixa etária do grupo entrevistado, duas entrevistas possuem de 18 a 23 anos, uma possui de 24 a 30 anos, três possuem entre 31 a 40 anos, com a maioria, sete das entrevistadas, possuindo entre 41 a 54 anos, e 3 entrevistadas possuindo mais de 55 anos.

A pergunta “ocupação, cargo ou função de trabalho” foi adicionada ao questionário com o intuito de analisar como a divisão sexual do trabalho está presente em setores diversos, no qual o próprio resultado da entrevista definiu nos três setores, deste modo, das 16 respondentes do formulário, uma é técnica de suporte, sete trabalham como auxiliar administrativo e oito que são serventes de limpeza. Além disso, foram questionadas sobre a renda familiar, no qual o próprio agrupamento dos dados resultou em dois grupos, quatro das entrevistadas assinalaram a renda familiar como 1 salário mínimo e doze responderam que a renda familiar variava de 2 a 5 salários mínimos

Também foram questionadas como elas se autodeclaram. Nove entrevistadas responderam branca, quatro responderam que se autodeclaram como negras e três se autodeclaram como parda, para analisar a perspectiva da divisão sexual do trabalho juntamente aos marcadores sociais. E por fim, na primeira parte do formulário, as entrevistadas foram perguntadas sobre a maternidade, quatro não possuem filhos, cinco possuem apenas um filho, uma entrevistada possui dois filhos, cinco entrevistadas possuem três filhos e apenas uma das entrevistadas possui quatro filhos.

Os dados supratranscritos estão sumarizados no quadro 1 apresentado abaixo:

Quadro 2 - Trabalhadoras Terceirizadas da UNIFAL

Nome	Faixa Etária	Autodeclaração	Ocupação	Nº Filho
entrevistada 1	31 a 40 anos	Negra	Auxiliar Administrativa	0
entrevistada 2	31 a 40 anos	Branca	Auxiliar Administrativa	1
entrevistada 3	31 a 40 anos	Negra	Auxiliar Administrativa	1
entrevistada 4	24 a 30 anos	Parda	Auxiliar Administrativa	0
entrevistada 5	mais de 55 anos	Branca	Auxiliar de Limpeza	3
entrevistada 6	41 a 54 anos	Negra	Técnica de Suporte	1
entrevistada 7	18 a 23 anos	Branca	Auxiliar Administrativa	0
entrevistada 8	41 a 54 anos	Parda	Auxiliar de Limpeza	1
entrevistada 9	18 a 23 anos	Branca	Auxiliar Administrativa	0
entrevistada 10	41 a 54 anos	Branca	Auxiliar de Limpeza	3
entrevistada 11	41 a 54 anos	Negra	Auxiliar de Limpeza	3
entrevistada 12	41 a 54 anos	Parda	Auxiliar de Limpeza	3
entrevistada 13	41 a 54 anos	Branca	Auxiliar Administrativa	2
entrevistada 14	mais de 55 anos	Branca	Auxiliar de Limpeza	1

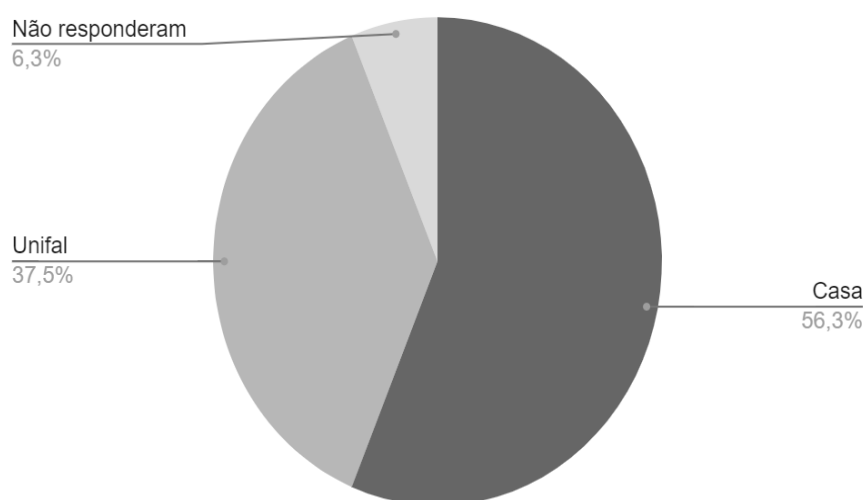
entrevistada 15	41 a 54 anos	Branca	Auxiliar de Limpeza	4
entrevistada 16	mais de 55 anos	Branca	Auxiliar de Limpeza	3

Fonte: elaborado pela autora

Outra pergunta objetiva presente no formulário questionava – “no cotidiano, o que demanda mais esforço (energia)?” – das dezesseis respondentes, seis responderam que o próprio trabalho na Unifal-MG era o que mais demanda esforço e as outras nove entrevistadas responderam que a casa demanda mais energia, e uma das entrevistadas não respondeu esta questão.

Gráfico 1 - Demandas de energia

Demandas de energia



Fonte: elaborado pela autora

Um dado de destaque percebido sobre as respostas supratranscritas está ligado ao fato de que, das seis entrevistas que marcaram que a Unifal-MG demandava mais energia, todas eram trabalhadoras dos serviços gerais, enquanto das nove entrevistadas que responderam que a casa demandava mais energias eram trabalhadoras do administrativo e do suporte técnico. Este fator pode estar ligado com a característica própria que cada setor demanda de suas trabalhadoras e suas especificações. Destaca que o trabalho reprodutivo perpassa as respostas, sendo que os serviços gerais estão dentro das concepções do trabalho reprodutivo remunerado, ou seja, trabalho de limpeza em um local maior, que neste caso é a Unifal-MG.

Quadro 3 - Horas diárias trabalhadas

Nome	Demanda mais energia	Horas mínimas em casa	Horas na Unifal-Mg
------	----------------------	-----------------------	--------------------

entrevistada 1	casa	4h	8h
entrevistada 2	casa	4 h a 8h	8h
entrevistada 3	casa	5 h	8h
entrevistada 4	casa	3h	6h
entrevistada 5	Unifal-MG	4h	-
entrevistada 6	casa	3h	9h
entrevistada 7	casa	4h	6h
entrevistada 8	Unifal-MG	3h	9h
entrevistada 9	casa	3h	6h
entrevistada 10	casa	dia todo	9h
entrevistada 11	Unifal-MG	2 a 3h	10h
entrevistada 12	Unifal-MG	4h	10h
entrevistada 13	casa	3h	8h
entrevistada 14	-	1h15	10h
entrevistada 15	Unifal-MG	2h30	9h
entrevistada 16	Unifal-MG	4h30	9h

Fonte: elaborado pela autora

Tratando sobre as demandas domésticas cotidianas, quinze das dezesseis entrevistas responderam que realizam as obrigações de casa, com três respondendo que apenas elas próprias eram responsáveis por todas as obrigações e demandas domésticas, três responderam que elas e outras mulheres, mães ou filhas, realizavam as tarefas domésticas, nove responderam que todos da casa possuíam demandas e uma única entrevistada respondeu que quem realizava as obrigações domésticas era “nossa encarregada”, porém na pergunta seguinte, que tratava sobre horas mínimas destinadas ao trabalho doméstico, a própria relatou que ela destinava minimamente “no horário do café 15 minutos; horário da janta 1 hora”.

Através destes dados apresentados, percebe-se que todas as mulheres entrevistadas desempenham uma dupla jornada de trabalho, com três sendo responsáveis totalmente pelas obrigações domésticas, indo de encontro com a colocação de Hirata e Kergoat (2007, p. 604) no qual as autoras colocam que “no ‘modelo de conciliação’ cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional”, ou como se apresenta com outras quatro entrevistas, a delegação destas funções a outras mulheres da família ou, como no caso da entrevistada 14, a delegação para outra mulher externa.

Além da jornada dupla, outros elementos presentes nos dados descritos acima é o fato de mesmo “que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar [...] as tarefas domésticas” (SAFFIOTI, 1984, p. 50), e que esse “trabalho é efetuado gratuitamente pelas mulheres [e] é realizado não para elas mesmas, mas para outros” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597).

Além disso, no caso desta amostra apresentada, o tempo mínimo destinado ao trabalho doméstico não mostrou variações enquanto analisado em diferentes faixas etárias, que possui variações de 18 anos a 56 anos, com as entrevistadas dedicando em média três horas e meia mínimas diárias para esse fim.

Além disso, quando se trata sobre a divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007, p. 596) ressalta “a ideia de que o trabalho doméstico [é] um ‘trabalho’ e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele”, portanto analisando a jornada de trabalho das entrevistadas, retirando a entrevistada 5 que não respondeu quantas horas ela trabalhava na UNIFAL e da entrevistada 10 que expressou que se dedica o dia todo às obrigações domésticas, todas as respondentes possui minimamente uma jornada de trabalho, em média, de oito horas e vinte minutos diárias.

Porém, o trabalho reprodutivo está muito além da compreensão numérica de horas mínimas apresentadas neste tópico, uma vez que o trabalho reprodutivo vai muito além desses elementos objetivos do trabalho doméstico, está dentro do que Federici (2021) vai chamar de “o trabalho oculto”, que é servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, além de proporcionar a criação e educação da próxima geração de trabalhadores proletários.

Portanto, das dezesseis entrevistas, como já mencionado na metodologia, a entrevistada 15 foi selecionada para a aplicação do método de história de vida, e como foi apresentado nos quadros 2 e 3, ela está dentro da faixa etária entre os 41 anos a 54 anos, trabalha como auxiliar de limpeza, possui quatro filhos, e possui minimamente onze horas trabalhadas diariamente.

7. PRAZER, ESSA É A MINHA HISTÓRIA DE VIDA!

Minha infância, do que eu lembro... de tristeza, angústia e raiva. Tipo assim, eu cresci em uma família grande tá, só que a mãe sempre tem uma xodozinha né, os dois caçulas né. Então o que lembro da minha infância é minha mãe me xingando né, brigando, me batendo, tentando me matar varias vezes... Eu fui crescendo, passando fome, minha mãe, ela... não sei o que ela tinha contra mim, sabe?

O que acontece? Passei fome, meu pai nunca deixou faltar nada, meu pai sempre trabalhava na prefeitura, [em] horta, essas coisas, mas nunca deixou faltar nada em casa, o arroz e feijão, sempre teve. O que ocorre que eu passei fome? O que eu passei fome é o seguinte: a minha mãe fazia comida, aí [quando] eu chegava lá na panela, na cozinha, não tinha porque ela fazia a conta para eles [para a mãe e para o pai] e para o meu irmão mais novo.

Somos em oito [irmãos], são cinco mulheres e três homens, mas na minha infância, o que eu me lembro mais, é só de nós três. Os outros cinco são os mais velhos, aí não ‘chegou’ a morar com a gente. Porque a minha mãe era sempre ruim, então, ela sempre brigava com todos, não deixava ninguém perto. Então, o que eu me lembro [da minha infância] é isso.

Porque eu passava fome, a minha mãe não deixava pão para comer, não tinha leite, eu chegava e já sabia [que não teria]. Acordava com uma fome imensa, porque eu não jantava, não tinha janta, era só para eles [a janta]. E eu acordava com fome, com vontade de comer um pão e um café com leite. Só que com a hora que eu acordava, só tinha papel que o pão foi comprado e não estava ali mais, [aí eu sabia] acabou o pão, ela comprou só para eles. Aí dava uma tristeza muito forte,

Aí o que eu fazia? Eu ia para a casa do vizinho porque né... Eu não ia só para brincar com a netinha dela, eu ia para poder comer, só que eu queria dizer para eles [os vizinhos] que eu queria ir para brincar, mas não era, né! Então, eu ia muito cedo, e essa colega minha, a vizinha, estava dormindo ainda, aí eu ficava na rua esperando ela acordar, porque eu sabia que ela acordando ia ter um pão e um leite, aí tudo bem! Só que o vizinho dava, mas não era todos os dias né, porque, às vezes, quando eu ia todos os dias, eles não abriam o portão para mim, esperava ela se alimentar primeiro, para depois abrir o portão para mim. Então, era uma tristeza muito forte, [eu] dependia dos outros da rua para poder comer, para poder comer alguma coisa no dia.

Quando eu era nova brincava com os carrinhos dos irmãos, nunca gostei de boneca não, as bonecas eram mais chatas, o meu irmão fica reclamando que eu tinha pegado o brinquedo, mas era muito mais legal. Eu brincava muito também, ‘tem’ uma infância boa também, quando a minha mãe ficava na rua, ficava três meses, para mim era um alívio, esse três meses que ela sumia, aí sim eu tirava meu dia de infância, eu podia fazer qualquer coisa em casa, brincava muito, ficava na rua.

Aí eu fui crescendo, fui virando adolescente. Aí eu fui [e pensei] – não, espera aí. Agora eu vou ter que ir [enfrentar a mãe] – lógico que eu não podia ter feito, porque é pecado, a gente tem que honrar pai e mãe, mas eu tive que enfrentar ela, para poder não

passar o que eu passei quando era na minha infância. Eu fui [e falei] não, ela não vai me enfrentar mais, eu vou debater [com] ela. Que Deus me perdoe, porque não pode, gente, não pode [enfrentar a mãe], porque tem que honrar pai e mãe, mas é a situação que estava, [porque] aí eu fui crescendo com um pouco de angústia, com raiva, porque eu ia fazer isso só comigo, não ia fazer com os outros dois.

Nessa época aqui na nossa casa, ‘era’ só nós três, porque os outros mais velhos, eles não moravam com a gente, porque não ‘dava’ certo com a minha mãe. Quando a gente é mais adulto, a gente enfrentava ela, [mas] quando a gente é mais criança, não tem como enfrentar, né? Então, era só nós três.

Na época que o que eu me lembro é de uns oito ou nove anos [de idade] ‘pra cá’, que eu fui entender, né? Eu fui vendo a diferença entre eu e meus dois irmãos, quando eu vivia ‘na’ casa. Aí, quando eu fui crescendo, eu fui vendo estava errado, só que aí eu não enfrentava ela. Eu não sabia cozinhar, ela não ensinava a cozinhar, não tinha roupa pra poder vestir, vestia a roupa dela pra poder ir pra escola, passava bullying ‘pra’ caramba na escola, eu não gostava muito da escola. Eu não tinha mochila, eu não tinha nada, faltava muitas vezes na escola porque eu não tinha sapato, não tinha nada, comprava ‘pra’ eles, tudo só ‘pra’ eles [para os irmãos], ‘pra’ mim não, porque eu tinha que me virar, sapato, roupa, tênis.

No tempo que eu fui enfrentando ela, que eu falo para você não faz isso, porque isso não pode. [Mas] eu fui enfrentando ela pra ‘mim não passar’ o que eu passei na minha infância. Aí, o que acontece? Aí eu fui passando, fui vendo, eu estava enfrentando ela, porque ela viu que eu estava enfrentando ela e ela tentou me matar muitas vezes, muitas vezes ela tentou me matar, mas eu era mais esperta do que ela. Ela já me botou na rua, tive que dormir no vizinho, então, foi uma infância muito ruim.

Às vezes, quando ela sumia, que ela sumia três meses, ela sumia pra rua, ninguém sabia onde que ela estava, aí eu tinha mais liberdade pra minha casa, eu ficava em casa. Ai meu pai tentava ajudar, fazer alguma coisa, né? Porque a gente [era] adolescente, não ‘aprende’ a fazer nada, [eu] fazia comida, mais ou menos, não era saborosa, não, eu tentava fazer comida saborosa, eu ia fazendo, tentando. Essa ‘é’ a minha infância.

Apesar que eu fiquei morando até os 41 anos [na casa da infância], até o ano passado, porque eu casei, né? Eu casei e continuei morando lá, mas, depois que eu casei, ela mudou muito, porque ela chegou nos 60 anos, ela melhorou bem, lógico que era por depender da gente. Então, foi uma mudança, eu acho que é por Deus, porque minha mãe mudou da água ‘pro’ vinho, então, ela virou outra pessoa, aí, ela começou a tratar a gente bem, depois que eu casei, ela melhorou muito bem, eu continuei morando com ela. Fiquei morando lá até os 41

anos, até o ano passado, depois eu saí de lá. Só que a minha mãe faleceu, né? Isso faz uns 5 anos que ela faleceu [a entrevistada estava com 37 anos, e posteriormente a morte da mãe, continua a morar na casa da infância].

Mas, eu não tenho raiva dela não, eu gostava muito dela, se eu pudesse cuidar dela, eu cuidava, entendeu, mas raiva não, mas, não sei, Deus torna bom pra gente. Talvez ela não sabia o que ‘tava’ fazendo, pessoas mais antigas né, é mais diferente, um hábito mais diferente, são mais ‘firme’.

Então [decorrente dos fatos supracitados], quando eu era criança, parei [de estudar], porque eu tinha muita vergonha, eu não tinha roupa pra escola, minha mãe não lavava roupa, imagina uma criança com roupa de gente adulta, aí, eu parei de estudar. Aí, eu voltei a estudar depois que eu casei, eu tinha 19 anos, voltei a estudar, fiz o EJA, aí eu terminei.

Quando eu era mais nova, eu tinha um problema de audição, eu não ouvia, [decorrente] do modo que a minha mãe [era], [porque] que na época o povo falava, para melhorar a dor de ouvido – coloca alho, coloca pó de café – coloca muita coisa, aí foi piorando, aí eu não ouvia. Esse bullying eu também sofri muito na escola, eu não tinha audição, era os dois [ouvidos], porque eu era criança, como ela [a mãe] não cuidava da gente, então eu tentava limpar, então eu furei os dois, aí eu perdi a audição total, nossa era triste demais, então eu não trabalhava por causa do meu problema de audição.

Aí, depois que eu casei, né? Ai meu marido falou - não, deve ter uma solução, vamos ao médico, vamos correr atrás, para ver se você consegue voltar a ouvir. Eu sofria muito, porque as pessoas zombam demais na pessoa que tem dificuldade, que é deficiente, eu já passei por isso, porque eu não ouvia e estava com deficiência.

Então eu sofri muito nessa parte, quando eu casei e tive a minha primeira menina, eu levava ela para o médico, [com] medo de sair e levar ao médico, porque eu sabia quando ‘chegar’ lá, eu não ia ouvir que o médico estava falando para mim, e eu tinha aquela insegurança, que eu não ia conseguir cuidar dela, eu chorava 24 horas por causa disso, tem médicos que até zombavam de mim. É um sofrimento que eu tive, mas graças a Deus, passou, mas eu acho que eles deviam ter um pouco mais de consideração para pessoas com deficiência, eu já passei por isso, eu sei o que é. Meu marido me alivia muito do meu sofrimento, eu falava que não queria ir, eu não vou entender nada do que o médico vai falar, como que eu vou cuidar dela, e ele falava - não, [você] vai, vai dar certo – mas não ia dar certo, eu não ouvia, como que ia da certo?

Eu não tive apoio de ninguém, nem família, ele [marido] precisava trabalhar, não podia faltar por causa do filho, se não perdia o emprego, e a minha criança tinha acabado de

nascer. Então, foi uma luta, mas graças a Deus, meu marido veio e me disse não, não vamos correr atrás, não vamos pelo SUS, eu deixei o meu nome [no SUS] e está lá até hoje, se eu não tivesse corrido atrás, se eu não tivesse pagado eu estava sem ouvir até hoje, lógico que eu demorei muitos anos para poder pagar, mas eu paguei, aí graças a Deus, isso veio para mim, não está 100% [a audição], [mas] está maravilhoso, aí pensei agora sim, porque você não é independente quando você tem um problema, você fica bem baixa, você tem medo de tudo, por isso que eu não trabalhava.

Depois [do tratamento], eu comecei a resolver todos os meus problemas, eu comecei a trabalhar de diarista, trabalhei de diarista por mais de 10 anos, só que eu entregava currículo nas empresas, mas eu não podia esperar a empresa me chamar, nunca me chamava. Então eu tinha que fazer diarista, faxineira, faxineira em outro lugar, [de modo geral] eu fazia faxina. Você tem [trabalho], mas não é em qualquer momento, né, [ele] pode ligar e falar – olha, precisa vir hoje não porque amanhã eu vou viajar –, aí você pode não ter dinheiro. Então de tanto Deus ouvir as minhas orações, a minha irmã começou a trabalhar aqui [na Unifal-MG Campus Varginha] e trouxe o meu currículo, e hoje eu estou aqui, graças a Deus, estou aqui a 9 anos, muito tempo na Unifal-MG, graças a Deus. [Então, eu] trabalhei como diarista 10 anos e depois aqui no Unifal-MG.

A minha rotina, eu levanto cedo, né? Cinco horas [da manhã], lógico que graças a Deus, eu venho trabalhar, tenho que seis horas da manhã né, aí eu venho pra cá, eu trabalho, depois eu chego em casa e faço os afazeres da casa, em um dia sim e outro dia não, eu tenho que ir embora a pé, eu gasto uma hora e meia e a pé. Aí eu chego em casa, vou lá pra cuidar dos cachorrinhos, fazer os afazeres da casa, fazer janta, aí depois eu vou deitar tarde e levantar cedo de novo.

É isso aí, eu acordo com o celular gritando, né? Eu quero dormir mais, mas não pode, aí eu vou devagar, devagarinho, querendo dormir mais um pouquinho. Levanto, arrumo as minhas coisas para poder vir pra cá e venho, depois eu trabalho aqui. Aí eu chego, eu vou pra biblioteca, primeiramente a biblioteca, porque todos os dias, eu vou pra cantina e pra cantina, e depois eu vou dar uma lavada no banheiro. No meu dia-a-dia aqui eu separo o que eu faço, todos os dias, cada dia tem que fazer uma coisa, porque são muitas coisas, né? Não dá para fazer tudo num dia só, lógico que nem se eu ‘quiser’, vai dar tempo. Então eu divido os afazeres aqui na Unifal-MG, e cada dia eu faço uma coisa, só que a biblioteca e a cantina ‘é’ todos os dias, e os banheiros também, né, todos os dias, agora a sala de aula, as outras coisas, assim, é conforme o dia-a-dia, se hoje não deu tempo, aí deixa pra amanhã, aí vai indo assim.

Eu saio daqui às quatro [da tarde], eu chego e cuido dos cachorros, tenho que lavar, fazer bolo, fazer janta, aí faço janta e deixo a janta pronta, vou tomar meu banho, pego no WhatsApp, vou ver o meu celular, vou dar uma olhadinha no WhatsApp, não tem nada, desligo e durmo. A minha vida é chata, eu queria viajar, passear no final de semana, mas no final de semana eu tenho que dar faxina na casa, tenho que lavar a roupa, a hora passa voando, no final de semana, quando eu percebo já é domingo, é noite, aí eu tenho que descansar, eu queria é viajar.

Ah, mas a rotina é chata, mas se Deus quiser, essa rotina minha vai mudar, porque eu pago terreno, tenho boletos altos, né? Estou construindo a minha casa ainda, esse mês fez um ano que eu fui pra lá, só que [estou] construindo a casa e estou morando lá, só que eu tenho que terminar ela, não terminei ainda. Então, a minha rotina é chata assim porque eu penso na minha casa, meu sonho é a minha casa, eu quero terminar a minha casa, eu quero, tipo, mobiliar a minha casa, deixar tudo bonitinho ‘pra’ depois eu pensar na minha diversão. Nada melhor que a casa da gente, é o conforto, é lá que você vai descansar, mas se Deus quiser, daqui a uns dias eu vou viajar, passear, mas viajar ‘pra’ perto, não pra longe, porque longe é caro.

Tenho quatro filhos, a primeira nasceu em 2001, a segunda nasceu em 2002, o terceiro em 2004 e o menino em 2010, dois casalinhos, dois casais, [então] uma tem 21 [anos], a outra tem 20 [anos], o menino tem 18 [anos] e o outro menino tem 12 [anos]. Olha, quando eles eram mais novos, a gente se dava muito bem, depois eu passou [de uma certa] idade, tá complicado, não querem saber de ajudar, começa a reclamar, pede uma ajudinha – Ah, ajuda a mãe aqui –, eles falam – ai, eu tô cansado, aí eu falo, – e eu não tô não, né? Eu fui [para a Unifal-MG] a pé, cheguei, eu moro lá no alto, perto do Sagrado [bairro na cidade de Varginha], daqui [Unifal-MG, Campus Varginha] até lá é longe, eles chegam primeiro do que eu, aí eu chego lá, não tem nada lavado, aí a gente acaba discutindo. Às vezes a gente discute, às vezes não, é uma discussão normal, as melhores famílias são assim mesmo, mas eu queria que eles ajudassem mais.

Eu ralo ‘pra’ caramba, chego em casa cansada, mas meu marido ajuda tadinho, ele trabalha também, mas ele ajuda, o que acaba ajudando mais é ele, porque ele viu que as crianças não estavam ajudando mais, e eu estava ficando muito estressada esses tempo para trás, quando eu falei que não estava aguentando mais, um começo de depressão, que eu queria sumir, que eu estava com um início de depressão, falei que eu queria fugir, eu queria sumir. Eu também canso gente, eu também canso, se todo mundo pegasse junto ia acabar rápido e todo mundo ia descansar igual. Mas aí, eu chego em casa, as meninas [então]

trancada no quarto, o outro está no celular e eu sozinha lá, dando ração aos cachorros, colocando água para os cachorros, fazendo janta, lavando louça, aí às vezes há discussão dessa parte, não é por causa de coisa mal e pela ajuda, eu quero ajuda, entendeu.

Aí quando o [meu] marido viu que eu ‘tava’ me estressando, aí ele tá tentando ajudar em vez de ficar só para mim, ele fica bravo com as crianças, mas não resolve, aí eu falo para deixar pra lá, ‘ocê’ me ajudando, já tá bom, já é suficiente.

Aí o que eu fiz? Eu vi que eles não estão me ajudando mais, eu parei de lavar a roupa deles, cada um lava o seu aí, cada um. Eu lavo só a do meu menor e como os três já ‘é de maior’ e já estão trabalhando, eles lavam as deles. Eu separei porque não é justo, eles ‘ficar’ lá no celular o dia inteiro e eu ralando, porque meu final de semana pra mim é horrível, eles descansam e eu não, fico trabalhando, é puxado.

Mesmo trabalhando aqui [Unifal-MG] eu continuei com as minhas faxinas, trabalhava de domingo a domingo, aí no ano passado parei, porque eles não ‘queria’ que eu saísse quando eles não arrumassem outro. Então eu trabalhava aqui de segunda a sexta, e sábado e domingo trabalhava na minha faxina, e tinha dia que eu saia daqui, trabalhava das seis [da manhã] às três [da tarde] e depois ia fazer faxina, então foi muito puxado, porque eu não queria deixar eles [as pessoas nas quais ela trabalhava como diarista] na mão também, porque eles me deram muita chance quando eu precisava, eles estavam ali.

Aí eu fui diminuindo, mudando os horários, tirando, porque era de segunda a [sexta] aqui, e sábado e domingo também [como diarista], até no ano passado, aí eu parei né. Aí você chegava a rotina, eu chegava da faxina às sete da noite ou sete e meia, e ainda chegava cansada, aí eu parei, esse é ano é só aqui na Unifal-MG.

8. DISCUSSÃO SOBRE TRABALHO REPRODUTIVO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ATRAVÉS DA HISTÓRIA DE VIDA

O conceito de trabalho reprodutivo está diretamente interligado com a premissa de que o “trabalho doméstico e feminilidade se mesclaram, carregando [as mulheres] para qualquer emprego que ocupamos essa identidade e as ‘habilidades domésticas’ adquiridas desde o nascimento” (FEDERICI, 2021, p.34), desse modo, o trabalho doméstico é até hoje considerado por muitas pessoas uma vocação natural das mulheres” (FEDERICI, 2021, p.158).

Dentro desta perspectiva apresentada por Federici (2021), destaca-se no relato da entrevistada a discussão sobre o trabalho doméstico, tais como os trechos: “aí eu chego em casa [depois do trabalho], vou lá pra cuidar dos cachorrinhos, fazer os afazeres da casa, fazer

janta, aí depois eu vou deitar tarde e levantar cedo de novo”; “eu trabalho, depois eu chego em casa e faço os afazeres da casa”, “meu final de semana pra mim é horrível, eles descansam e eu não, fico trabalhando, é puxado”.

Deste modo, o trabalho doméstico invariavelmente perpassa a entrevista, como uma obrigação inegociável dela, e mesmo em circunstância que ela coloca dentro de uma perspectiva de divisão de tarefas, sempre estas estão pontuadas como “ajudas” ao serviço considerado natural dela, tais como nos trechos: “eu ralo ‘pra’ caramba, chego em casa cansada, mas meu marido **ajuda** tadinho, ele trabalha também, mas ele **ajuda**”; “às vezes há discussão dessa parte, não é por causa de coisa mal e pela **ajuda**, eu quero **ajuda**, entendeu”; “eu vi que eles não estão me **ajudando** mais”; “aí quando o [meu] marido viu que eu ‘tava’ me estressando, aí ele tá tentando **ajudar** em vez de ficar só para mim”; “‘ocê’ [referindo ao marido] me **ajudando**, já tá bom, já é suficiente”; “eu queria que eles **ajudassem** mais”; “[...] meu pai tentava **ajudar**, fazer alguma coisa, né? Porque a gente ‘é’ adolescente, não ‘aprende’ a fazer nada”.

Ainda sobre os trechos que a entrevistada fala sobre a “ajuda” nos trabalhos domésticos, destaca-se novamente o trecho “meu marido **ajuda**, tadinho, ele trabalha também, mas ele **ajuda**”. Nesta parte da entrevista, pode-se correlacionar com “a ideia de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 603), no qual o trabalho masculino é visto com algo produtivo e mais importante, enquanto o da mulher passa pela compreensão de uma mera contribuição daquele, no qual a responsabilidade da mulher tangencia sempre o doméstico.

O modelo de conciliação entre os trabalhos tidos como reprodutivo e produtivo são marcados em diversos momentos da conversa com a entrevistada, “eu também canso gente, [...], mas aí, eu chego em casa, as meninas [então] trancada no quarto, o outro está no celular e eu sozinha lá, dando ração aos cachorros, colocando água para os cachorros, fazendo janta, lavando louça”; “eu trabalho, depois eu chego em casa e faço os afazeres da casa”

Esses trechos, representam “que a mulher [mesmo que] trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas” (SAFFIOTI, 1984, p. 50), e mesmo que a entrevistada destaque em alguns trechos a participação do seu marido no trabalho doméstico, “cabe [a ela] quase que exclusivamente [...] conciliar vida familiar e vida profissional” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604).

Além do presente discurso que se apresenta como o trabalho doméstico sendo exclusivamente sua obrigação, estando este diretamente ligado com as ideológicas da “construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p.47) no qual a sociedade está estruturada, sendo que “o mundo social e suas arbitrarias divisões [são tidas] como naturais” (BOURDIEU, 2014, p. 16), e atravessa o cotidiano da entrevistada 15 e de todas as mulheres, sempre relacionado com a premissa de que é esse trabalho “sempre [é] em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597), ou seja, são “trabalho[s] oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo” (FEDERICI, 2021, p. 29).

Federici (2019a, p. 74) destaca que pela construção histórico-social no qual a sociedade está estruturada acarreta nas premissa de que o “emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao suprimento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico” (FEDERICI, 2019b, p.74), estando esta questão presente nos relatos de trabalhos da entrevistada 15, uma vez que as possibilidades de emprego que se apresentou como possibilidade durante a sua história de vida foram um extensão do trabalho doméstico, “trabalhei de diarista por mais de 10 anos” e posteriormente como auxiliar de limpeza”, como a sua rotina sendo: “eu vou pra biblioteca, primeiramente a biblioteca, porque todos os dias, eu vou pra cantina e pra cantina, e depois eu vou dar uma lavada no banheiro”, “eu saio daqui (Unifal-MG) às quatro [da tarde], eu chego e cuido dos cachorros, tenho que lavar, fazer bolo, fazer janta, aí faço janta e deixo a janta pronta”.

Durante o relato de suas vivências a entrevistada destacou, também, a sua rotina de trabalho, no qual além da marcação da sua dupla jornada de trabalho que ela apresenta inicialmente e o modelo de conciliação em seu cotidiano, ela destacou a sua jornada tripla de trabalho no qual “mesmo trabalhando aqui [Unifal-MG] eu continuei com as minhas faxinas, trabalhava de domingo a domingo”; “eu trabalhava aqui [Unifal-MG] de segunda a sexta, e sábado e domingo trabalhava na minha faxina, e tinha dia que eu saia daqui, trabalhava das seis [da manhã] às três [da tarde] e depois ia fazer faxina”.

A pauta “trabalho” e “necessidade” se apresenta em diversos momentos durante a seção anterior deste trabalho, “não vamos pelo SUS, eu deixei o meu nome e está lá até hoje. Se eu não tivesse corrido atrás, se eu não tivesse pagado eu estava sem ouvir até hoje, lógico que eu demorei muitos anos para poder pagar, mas eu paguei”, “a minha rotina é chata assim porque eu penso na minha casa, meu sonho é a minha casa, eu quero terminar a minha casa, eu quero, tipo, mobiliar a minha casa, deixar tudo bonitinho ‘pra’ depois eu pensar na minha diversão;” “porque eu pago terreno, tenho boletos altos, né?”; “Estou construindo a minha casa

ainda, esse mês fez um ano que eu fui pra lá, só que eu construí a casa, estou morando lá, só que eu tenho que terminar ela, não terminei ainda”

Portanto a necessidade de conciliar esses três turnos de trabalho perpassa “à perda de uma inserção estável no emprego, [no qual] cria uma condição de insegurança e um modo de vida [...] tornando os trabalhadores vulneráveis”, e proporciona uma sobrecarga de trabalho, ligada ao fato de que “a necessidade de sobreviver desempenha, é óbvio, um papel fundamental nesta domesticação dos trabalhadores homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1984, p. 56), sendo que o Estado capitalista neoliberal é pautado pela “a diminuição da proteção social, a redução de todos os serviços públicos” (HIRATA, 2011, p.15). Na instabilidade trabalhista é destacada pela própria entrevistada, quando ela trata sobre o trabalho como diarista, “você tem [trabalho], mas não é em qualquer momento, né, [ele] pode ligar e falar – olha, precisa vir hoje, não, porque amanhã eu vou viajar –, aí você pode não ter dinheiro”, apresentando a fragilidade e instabilidade desse setor trabalhista.

Outro ponto de destaque, é a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e inseguranças decorrente do seu problema auditivo “porque eu sofria muito, porque as pessoas zombam demais na pessoa que tem dificuldade, que é deficiente, eu já passei por isso, porque eu não ouvia e estava com deficiência”; “então eu sofri muito nessa parte, quando eu casei e tive a minha primeira menina, eu levava ela para o médico, [com] medo de sair e levar o médico, porque eu sabia quando ‘chegar’ lá, eu não ia ouvir que o médico estava falando para mim”; “tem médicos que até zombavam de mim” e “porque você não é independente quando você tem um problema, você fica bem baixa, você tem medo de tudo, por isso que eu não trabalhava”.

Em diversos momentos da entrevista destaca-se a sobrecarga de trabalho sobre as mulheres “então foi muito puxado”; “eles descansam e eu não, fico trabalhando, é puxado”; “eu estava ficando muito estressada esses tempos para trás, quando eu falei que não estava aguentando mais”; “eu queria sumir, que eu estava com um início de depressão, falei que eu queria fugir, eu queria sumir” e “eu também canso, gente, eu também canso”.

Além disso, outra questão muito marcada na entrevista é a presença da religiosidade, no qual destaca-se que não está pontuada pelo quesito fé, mas no papel da igreja como uma instituição que influencia o comportamento social, no qual proporcionada uma disciplinarização, no qual Mies (2016, p.870) ressalta que a “igreja, Estado e, sobretudo, a família fornece necessários pilares ideológicos institucionais para a auto repressão”.

Estes elementos podem ser percebidos nas falas “lógico que eu não podia ter feito, porque é pecado, a gente tem que honrar pai e mãe, mas eu tive que enfrentar ela”; “No

tempo que eu fui enfrentando ela, que eu falo, não faz isso, porque isso não pode”; “então, foi uma mudança, eu acho que é por Deus, porque minha mãe mudou da água ‘pro’ vinho, então, ela virou outra pessoa, aí, ela começou a tratar a gente bem”; “então, foi uma luta, mas graças a Deus”; “lógico que eu demorei muitos anos para poder pagar, mas eu paguei, ai graças a Deus, isso veio para mim”; “hoje eu estou aqui, graças a Deus, estou aqui há 9 anos, muito tempo na UNIFAL, graças a Deus”; “ [...] minha rotina, eu levanto cedo, né? Cinco horas [da manhã], lógico que graças a Deus, eu venho trabalhar” e “mas a rotina é chata, mas se Deus quiser, essa rotina minha vai mudar, porque eu pago terreno, tenho boletos altos, né?”.

Essa questão está ligada com o fato de que a “força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 1970, p. 21), com as instituições “família” e “igreja” proporcionando as bases ideológicas, tratando as ideias capitalistas como naturais e ordenamento divinos, e proporcionando um mecanismo de afirmação destas.

As histórias da Mietta perpassam situações que, intrinsecamente marcaram-na e está presente na sua vivência social, no qual ela conta “passei fome”; “eu não sabia cozinhar, ela não ensinava a cozinhar, não tinha roupa pra poder vestir, vestia a roupa dela pra poder ir pra escola, passava bullying ‘pra’ caramba na escola”; “ela [a mãe] tentou me matar muitas vezes, muitas vezes ela tentou me matar”; ela já me botou na rua”; “eu tinha um problema de audição, eu não ouvia”; “esse bullying eu também sofri muito na escola, eu não tinha audição”; “eu sofria muito, porque as pessoas zombam demais na pessoa que tem dificuldade, que é deficiente, eu já passei por isso, porque eu não ouvia e estava com deficiência”; “eu não tinha mochila, eu não tinha nada, faltava muitas vezes na escola porque eu não tinha sapato, não tinha nada” e “quando eu era criança, parei [de estudar], porque eu tinha muita vergonha, eu não tinha roupa pra escola, minha mãe não lavava roupa, imagina uma criança com roupa de gente adulta, aí, eu parei de estudar”.

Esses elementos supratranscritos, promoveram marcas históricas na entrevistada, tais como a evasão escolar, dificuldade de inclusão e socialização, traumas e estigmas, que não poderiam deixar de ser destacada, uma vez que esses elementos ajudam a promover uma diferenciação social, no qual é próprio do sistema utilizar para consolidar as suas emergências (SAFFIOTI, 1984, p. 60) e, são através destas diferenciações aparentes que os princípios como meritocracia e igualdade de oportunidade, próprias do regime capitalista neoliberal, padece, uma vez que “a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea” (SAFFIOTI, 1984, p. 55).

Ressalta-se novamente que a entrevista destaca a sobrecarga nos trabalhos domésticos ligados a limpeza, cuidado e manutenção da casa, mas o trabalho reprodutivo, tratado socialmente como uma obrigação feminina. vai muito além desses elementos supracitados, no qual o trabalho reprodutivo está dentro do que Federici (2021) vai chamar de “o trabalho oculto”, que é servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, além da preparação educacional e comportamental da próxima geração de trabalhadores, de modo que a família é “em essência” a institucionalização do nosso [das mulheres] trabalho não assalariado (FEDERICI, 2021, p.33) os quais “o trabalho doméstico e a família [junto às organizações religiosas] são os pilares da produção capitalista”.

Faz-se importante destacar, também, que o trabalho reprodutivo, materializada neste trabalho através da rotina apresentada pela entrevistada, precisa ser compreendido dentro do espaço de luta de classe, visto a “importância estratégica do trabalho reprodutivo em todas as dimensões (trabalho doméstico, sensual, procriação), para a reprodução da mão de obra” (FEDERICI, 2021, p 63) e manutenção do sistema vigente.

E mesmo que tenhamos as concepções de duas classes antagônicas (classe dominante e classe dominada), o capitalismo utilizou-se “das diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 2019, p.67) para “desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulher” (FEDERICI, 2019a, p.232), no qual, neste processo ocorreu a construção social dos papéis do gêneros, portanto “‘mulher’ não existe para nós, [sendo] apenas uma formação imaginária, enquanto ‘mulheres’ são o produto de uma relação social” (WITTING, 2019, p.88).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, por meio de uma pesquisa empírica, buscou compreender as percepções e estratégias de conciliação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo de uma trabalhadora terceirizada da Unifal-MG, utilizando-se para essa materialização o método de história de vida, com o pressuposto que a vivência de uma pessoa proporciona um ponto de vista que permite compreender um processo social.

Deste modo, foi possível discutir, através desta história de vida, em congruência com o referencial teórico, que existe um direcionamento no mercado de trabalho para tarefas que mesclam a ideia socialmente construída de atividades femininas e masculinas, em que os trabalhos destinados, geralmente, as mulheres estão correlacionadas com o trabalho reprodutivo, ligadas ao afeto e ao cuidado.

Outro elemento presente ao longo do trabalho foi a dupla ou tripla jornada de trabalho, no qual destaca-se que o modelo de conciliação é, quase exclusivamente, feminino. Além disso, a visão do trabalho reprodutivo se mantém como uma obrigação feminina, com um caráter invisível, como destacado em diversos pontos da entrevista, tais como a utilização da palavra “ajuda” para os trabalhos domésticos, a sobrecarga de tarefas como exclusivas da entrevistada.

A precarização do trabalho também se apresenta como um marco na entrevista, onde a entrevistada destaca as fragilidades e incertezas do trabalho das diaristas, além da necessidade em manter dois empregos externo distintos para conseguir arcar com as despesas familiares, além de uma rotina de trabalho extensiva, onde a mesma trabalhava em todos os dias da semana, de segunda a sexta na Unifal-MG, e como diaristas nos finais de semanas e após e de segunda a sexta após o horário do expediente.

Ressalta-se que, além dos trabalhos destacados na rotina das entrevistadas, o trabalho reprodutivo além do que apenas as obrigações domésticas, este trabalho também perpassa as relações familiares.

Por meio da história de vida da Mietta, é possível destacar a construção histórico social do que é ser “mulher”, no qual ela foi direcionada a empregos considerados feminino no mercado tido como produtivo, sendo funções ligadas a construção da ideia de trabalho “naturais” feminino, ou seja, dentro das concepções de trabalho reprodutivo remunerado

Além do trabalho terceirizado e informal, cabendo a ela a conciliação entre as obrigações domésticas e o trabalho externo desenvolvido no Unifal-MG. Com os mecanismos de manutenção destas ideias, como a igreja e a família, perpassando a entrevista e proporcionando a manutenção da ideia da classe capitalista e reforçando os estereótipos de gênero na sociedade.

Em relação às limitações deste trabalho, tem-se as questões ligadas com as memórias da entrevistada, visto que as histórias apresentadas são recordações construídas a partir do seu ponto de vista, as quais podem conter distorções e perspectivas diversas daquilo que realmente aconteceu. Além disso, a própria compreensão do trabalho reprodutivo pela entrevista se apresenta com um fator limitante deste trabalho, visto a reprodução deste como algo natural ao papel social da mulher, não foi exposto pela Mietta as questões ligadas ao afeto e ao sexo.

Por fim, recomenda-se para futuras pesquisas a implementação da metodologia de história de vida em outras entrevistadas, buscando compreender como outras categorias, como raça e classe, são impactadas pelo processo de construção social e como esse elemento

se apresenta individualmente nos atores sociais, partindo da compreensão de que através deste método é possível identificar “processos históricos sociais a partir da visão e versão do ator social, que se expressa por meio de uma estrutura de linguagem repleta de significados sociais e historicamente construídos” (VEIGA; ALVES, 2020, p.4).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil Neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katál**. Florianópolis, v.12, n.2, p. 188-197, jul/dez, 2009.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.

ANTUNES, R.. Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. [S.l.], v. 1, n. 22, p. e13840, mar. 2022. ISSN 2447-1801.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, n. 01, 2015.

BORGES, C. S. **Desafios através dos tempos**: Reflexos do movimento feminista na legislação brasileira e dificuldades persistentes na vida das mulheres. 2021. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/handle/123456789/32726>. Acesso dia: 7 Mar 2022

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n1, 2011.

DRUCK, G; BORGES, A. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jun/dez. 2002.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2019a.

FEDERICI, S. **Ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019b.

FEDERICI, S. **O Patriarcado do Salário**: Notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.

HARVEY, D; O Estado Neoliberal. In: **Estado Neoliberal**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun. p. 24-41. 2009

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França e Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n, spe 01, p. 15-22, 2011.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, v. 37, n.132, p.595-609, 2007.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: **Boitempo**, 2017.

MARX, K. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: **Boitempo**, 2017.

MARTINS, G.; DOMINGUES, O. **Estatística Geral e Aplicada**. São Paulo: Atlas, 2017

MIES, M. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito e Práxis [en linea]**. 2016, 7(15), 838-873

REIS, E. A.; REIS, I, A., Análise descritiva de dados. **Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG**, v. 1, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1984

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>. Acesso em: 24 ago. 2021

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: HOLLANDA, H. B., Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

VEIGA, A. C.; ALVES, C. P. O relato de história de vida à luz do pensamento de Walter Benjamin: contribuições aos estudos de identidade. **Psicologia USP**, v. 31, 2020.

WITTIG, M. **Não se nasce mulher**. In: HOLLANDA, H. B., *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.